Solo Network Brasil S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

RT 07/2026

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Apresentação das Demonstrações Contábeis

Balanço patrimonial.....6
Demonstração do resultado do exercício..... 8
Demonstração do resultado abrangente do exercício.....9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....11
Notas explicativas as demonstrações financeiras 13

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RT: 07-2026

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Solo Network Brasil S.A.
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Solo Network Brasil S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Solo Network Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*
Base para opinião

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 23 de março de 2026.

RSM ACAL Auditores Independentes S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5

Eduardo José Negrão
Sócio – CRC- PR- 042423/O-6

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

ATIVO	**Nota explicativa**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	570	715
Aplicações financeiras	5	33.843	50.713
Contas a receber de clientes	6	104.506	60.039
Estoques	7	14.202	9.274
Impostos e contribuições a recuperar	8	442	761
Outras contas a receber	9	13.118	12.649
Total do ativo circulante		**166.682**	**134.151**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar		40	40
Título de capitalização		96	96
Contas a receber de clientes	6	1.985	4.171
Outras contas a receber	9	5.462	4.217
Imobilizado	10	1.944	2.370
Intangível	11	1.050	1.039
Total do ativo não circulante		**10.577**	**11.933**
TOTAL DO ATIVO		**177.259**	**146.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	146.344	87.501
Empréstimos e financiamentos	13	1.712	190
Salários e encargos sociais	14	4.452	4.477
Obrigações sociais e tributárias	15	5.154	3.669
Outras contas a pagar	16	2.698	5.313
Total do passivo circulante		**160.360**	**101.150**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	36	224
Provisão para contingências	17	6.876	6.473
Juros sobre capital próprio	18	217	276
Dividendos a distribuir	18	-	12.586
Outras contas a pagar	16	2.094	-
Total do passivo não circulante		**9.223**	**19.559**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
Capital social		6.100	6.100
Reservas de lucro		1.576	19.275
Total do patrimônio líquido		**7.676**	**25.375**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**177.259**	**146.084**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	19	**687.040**	**585.944**
Custo dos produtos vendidos	20	(601.407)	(513.367)
Resultado Bruto		**85.633**	**72.577**
Receitas / despesas operacionais			
Despesas comerciais	21	(38.518)	(33.966)
Despesas gerais e administrativas	22	(21.688)	(18.077)
Outras receitas / despesas operacionais líquidas		391	1.043
Lucro antes do resultado financeiro		**25.818**	**21.577**
Receitas financeiras	23	8.770	7.242
Despesas financeiras	23	(4.137)	(4.786)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**30.451**	**24.033**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(9.295)	(6.702)
Lucro líquido do exercício		**21.156**	**17.331**
ATRIBUÍVEL AOS			
Acionistas controladores		21.156	17.331
Acionistas não controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**21.156**	**17.331**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**21.156**	**17.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

		Reserva de Lucros			
	Capital social	**Reserva Legal**	**Ações em Tesouraria**	**Lucro/prejuízo acumulado**	**Total**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**6.100**	**1.949**	**-**	**-**	**8.049**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.331	17.331
Ajustes de exercícios anteriores			-	(5)	(5)
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**6.100**	**1.949**	**-**	**17.326**	**25.375**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.156	21.156
Ajustes de exercícios anteriores			-	(5)	(5)
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(33.348)	(33.348)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	(5.502)	-	(5.502)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**6.100**	**1.949**	**(5.502)**	**5.129**	**7.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**21.156**	**17.331**
Ajustes de exercícios anteriores	(5)	-
Gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.015	1.350
Juros Incorridos	220	166
Juros sobre capital próprio	1.360	1.068
	24.746	**19.915**
Variação de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(42.281)	6.771
Estoques	(4.929)	(1.427)
Impostos e contribuições a recuperar	318	53
Outras contas a receber	(1.713)	(5.256)
Fornecedores	58.843	7.904
Salários e encargos sociais	(25)	(695)
Obrigações tributárias	1.485	(1.502)
Outras contas a pagar	(521)	2.873
Provisão para contingências	403	-
Pagamento de juros	(220)	(166)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**36.106**	**28.470**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento de imobilizado e intangível	(1.570)	(1.905)
Baixa de imobilizado e intangível	(30)	41
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(1.600)**	**(1.864)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.363	339
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.029)	(1.182)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(5.502)	-
Lucros e dividendos pagos	(47.353)	(10.313)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(51.521)**	**(11.156)**
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(17.015)**	**15.450**
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.428	35.978
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34.413	51.428
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(17.015)**	**15.450**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Solo Network Brasil S.A. é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

A Sociedade é cadastrada no CNPJ sob o nº 00.258.246/0001-68 foi constituída em 21 de outubro de 1994, e é uma das maiores revendas corporativas e implementadora de soluções em Tecnologia da Informação do Brasil, atuando na atividade de comércio varejista e prestação de serviços.

A Sociedade possui um corpo técnico altamente qualificado com experiência em consultoria, fornecimento, implementação e gerenciamento de produtos *Microsoft, Lenovo, Kaspersky, Google, AWS, Monday, Adobe* e *Autodesk*, entre outros fabricantes de referência internacional.

A Solo Network Brasil S.A. é uma revenda de valor agregado e por isso traz projetos e soluções que inter-relacionam e otimizam todas as ferramentas para a melhor experiência da tecnologia da informação dos seus clientes.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão .

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Sociedade adotou as alterações na legislação societária, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, que modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações foram aprovadas pela administração em 23 de março de 2026.

2.2 BASE DE APRESENTAÇÃO

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que são considerados razoáveis sob as circunstâncias.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 MOEDA ESTRANGEIRA

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Considerando a exposição ao risco cambial, é importante descrever os possíveis impactos da variação do câmbio.

A variação cambial pode afetar os resultados financeiros, especialmente em relação aos passivos e ativos denominados em moedas estrangeiras. Os principais impactos da variação cambial incluem:

- **Receitas e Despesas Financeiras:**

  A variação cambial pode resultar em receitas ou despesas financeiras, dependendo da valorização ou desvalorização da moeda estrangeira em relação ao Real.

- **Ajustes de Valor Justo:**

  Ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são ajustados ao valor justo na data do balanço, o que pode gerar ganhos ou perdas cambiais.

- **Fluxo de Caixa:**

A variação cambial pode afetar o fluxo de caixa operacional, especialmente em transações internacionais.

A Sociedade adota políticas de hedge para mitigar os impactos da variação cambial e outros riscos financeiros. A gestão de risco cambial é realizada por meio da utilização de instrumentos financeiros de hedge. Os principais objetivos das políticas de hedge incluem:

- **Proteção contra a Variação Cambial:**

  A empresa busca proteger-se contra a volatilidade das taxas de câmbio, especialmente em relação aos passivos e ativos denominados em moedas estrangeiras.

- **Estabilidade dos Fluxos de Caixa:**

  As políticas de hedge visam garantir a previsibilidade e estabilidade dos fluxos de caixa operacionais, minimizando os impactos adversos das flutuações cambiais.

- **Gestão de Riscos Financeiros:**

  A empresa adota uma abordagem proativa na gestão de riscos financeiros, monitorando continuamente as condições de mercado e ajustando suas estratégias de hedge conforme necessário.

A Sociedade revisa periodicamente as políticas de hedge para assegurar que estejam alinhadas com os objetivos financeiros e operacionais da empresa, bem como com as melhores práticas de mercado.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Sociedade não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros serão compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- **Empréstimos e recebíveis**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

b) Passivos financeiros não derivativos.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.



Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.3 IMOBILIZADO

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

- **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos-futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

- **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Ferramentas	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamento de processamento de dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

- **Software**

O software comprado que não seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado no intangível.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação



à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.7 ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são mensurados pelos custos específico de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas estimados para a venda.

3.8 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁBEL - *IMPAIRMENT*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Sociedade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

3.9 PROVISÕES

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do não reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A Sociedade adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas. Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:



a) Obrigações de desempenho

Nos contratos com clientes a Sociedade não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Sociedade. Espera- se que o reconhecimento de receita ocorra quando o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

b) Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Sociedade reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem. De acordo com a IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Sociedade não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Sociedade opta por não aplicar a norma de restrição na receita. A Sociedade possui programas de incentivos de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. Na análise do efeito do diferimento à receita, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Sociedade.

c) Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Sociedade deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo. A Sociedade decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Sociedade espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Sociedade não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITA

A Sociedade aufere, principalmente, receitas de licenciamento de software, receita de serviços de manutenção e suporte ao produto, serviços de consultoria e assessoria.

As receitas relativas à licença de acesso são reconhecidas quando: i) Da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável, conforme os termos do contrato; iii) Todas as obrigações de execução inerentes à licença são cumpridas; iv) A



Sociedade não detém mais o efetivo controle sobre a licença; v) É provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.12 RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com empréstimos e variação cambial.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



3.14 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.15 OUTROS PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Solo Network Brasil S.A. possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

3.16 MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sociedade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Sociedade.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Sociedade requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Sociedade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.



Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Sociedade mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Sociedade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.17 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2024

Não há novas normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Sociedade.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1. Visão geral

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Sociedade. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Sociedade possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a



posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Sociedade em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, assim como busca incluir garantias em montantes suficientes para reduzir ao mínimo o risco de crédito das operações, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Sociedade e dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos da Sociedade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Sociedade está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcionais da Sociedade, o Real (R$). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o dólar americano (US$).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Sociedade considera que sua exposição líquida é gerenciada a um nível aceitável, comprando ou vendendo em



moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

4.2. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais dados suficientes estão disponíveis para medir o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

- **Ajuste a Valor Presente (AVP):**

O Ajuste a Valor Presente (AVP) é uma técnica contábil utilizada para mensurar os valores atuais de ativos e passivos, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo. Este ajuste é fundamental para refletir de forma mais precisa a situação financeira da Sociedade, pois considera que o valor do dinheiro muda ao longo do tempo devido a fatores como inflação e taxas de juros.

Para calcular o AVP, a Sociedade aplica uma taxa de desconto apropriada aos fluxos de caixa futuros esperados. A taxa de desconto utilizada é determinada com base em critérios que refletem o risco associado ao ativo ou passivo específico, bem como as condições de mercado prevalecentes.

Por exemplo, ao mensurar um recebível que será recebido no futuro, a Sociedade desconta o valor futuro esperado para determinar seu valor presente. Esse processo envolve a aplicação de uma taxa de desconto que reflete o custo de oportunidade do capital e outros fatores de risco. Da mesma forma, passivos que serão liquidados no futuro são ajustados para refletir seu valor presente, proporcionando uma visão mais precisa das obrigações financeiras da Sociedade.

O AVP é essencial para garantir que os ativos e passivos sejam apresentados de forma justa e precisa nas demonstrações financeiras, permitindo uma melhor tomada de decisão por parte dos investidores, credores e outros usuários das demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade mantém os recursos em contas correntes com aplicação automática de liquidez imediata, compreendendo Certificados de Depósitos Bancários (CDB), em sua totalidade de renda fixa. As aplicações financeiras são constituídas por fundos de renda fixa, dos quais 75% possuem liquidez no D+0 e 25% possuem liquidez no D+1.

	2025	2024
Descrição		
Bancos	570	715
Aplicações Financeiras	33.843	50.713
Total	**34.413**	**51.428**

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

	2025	2024
Descrição		
Circulante		
Clientes Nacionais	111.787	65.473
Clientes Estrangeiros	904	575
(-) Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.898)	(5.084)
(-) AVP - Ajuste a Valor Presente	(1.287)	(924)
Total - Circulante	104.506	60.039
Não Circulante		
Clientes Nacionais	2.502	4.504
(-) AVP - Ajuste a Valor Presente	(516)	(333)
Total – Não circulante	1.985	4.171
Total	**106.491**	**64.211**

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



7 ESTOQUES

Os estoques são avaliados pelo custo específico que leva em consideração cada operação de venda realizada.

	2025	2024
Descrição		
Licenças de software	14.202	9.274
Total	**14.202**	**9.274**

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Esses valores representam créditos tributários que a Sociedade tem direito a recuperar junto às autoridades fiscais, decorrentes de pagamentos efetuados a maior ou de créditos acumulados ao longo do exercício.

	2025	2024
Descrição		
Circulante		
ISS	53	120
IRRF	180	116
PIS	28	91
COFINS	171	422
IRPJ	11	11
ICMS ST	-	1
Total – Circulante	442	761
Total - Não Circulante	40	40
Total	**482**	**801**

9 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 5.462 mil em “Empréstimos concedidos”, distribuído entre empresas coligadas, conforme segue:

- R$ 5.462.426,36 foram destinados à empresa coligada Envolve Ambientes Seguros Ltda., com base em contrato formal que estabelece prazo de até 12 meses e juros de 1% ao mês.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



As operações encontram-se registradas no ativo circulante e refletem o compromisso da administração com o suporte estratégico às partes relacionadas, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Em 2025 a Sociedade reconheceu o valor de R$ 361 mil em "Créditos a Receber – Provisões", que abrange os créditos a serem recebidos dos fabricantes por metas atingidas, incentivos, entre outros. Foram devidamente provisionados a partir de um controle rigoroso dos processos, e a *invoice* de crédito será enviada no ano de 2026.

	2025	2024
Descrição		
Circulante		
Adiantamentos	282	151
Depósito judicial	9.564	9.545
Microsoft Corporation - crédito	1.781	11
Adobe Systems do Brasil - crédito	841	1.176
Créditos a receber - provisões	361	457
Despesas com contratos a apropriar	263	1.300
Seguros a apropriar	26	9
Total - Circulante	13.118	12.649
Não Circulante		
Empréstimos concedidos	5.462	4.218
Total – Não circulante	5.462	4.218
Total	**18.580**	**16.867**



10 IMOBILIZADO

As movimentações do imobilizado estão representadas no quadro abaixo:

Descrição	Taxas anuais de Depreciação	31.12.2025 Custo	Depreciação acumulada	Líquido	31.12.2024 Líquido
Móveis e Utensílios	10%	585	(195)	390	428
Computadores e equipamentos	20%	2.705	(1.818)	887	940
Arrendamento mercantil - Computadores locação	20%	1.906	(1.732)	174	415
Equipamentos para serviços	20%	1.093	(674)	419	415
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	784	(710)	74	172
Total		**7.073**	**(5.129)**	**1.944**	**2.370**

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2025
Móveis e Utensílios	428	19	-	(57)	390
Computadores e equipamentos	940	352	(133)	(272)	887
Arrendamento mercantil - Computadores locação	415	-	-	(241)	174
Equipamentos para serviços	415	358	-	(354)	419
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	172	-	-	(98)	74
Total	**2.370**	**729**	**(133)**	**(1.022)**	**1.944**

11 INTANGÍVEL

As movimentações do intangível estão representadas no quadro abaixo:

Descrição	Taxas anuais de Depreciação	31.12.2025 Custo	31.12.2025 Depreciação acumulada	31.12.2025 Líquido	31.12.2024 Líquido
Software	-	3.071	(2.021)	1.050	1.039
Total		**3.071**	**(2.021)**	**1.050**	**1.039**

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2025
Software	1.039	841	(128)	(702)	1.050
Total	**1.039**	**841**	**(128)**	**(702)**	**1.050**

12 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos da conta de fornecedores referem-se, substancialmente, a valores devidos a fornecedores de mercadorias para revenda.

Adicionalmente, a Companhia reconhece, dentro deste grupo, valores classificados como provisões, os quais representam estimativas de obrigações decorrentes de operações de venda já realizadas, cujos documentos fiscais de aquisição ainda não foram recebidos até a data de encerramento do exercício.

Essa prática visa garantir o adequado reconhecimento do custo das mercadorias vendidas (CMV) no mesmo período da receita correspondente, em conformidade com o regime de competência e os princípios contábeis geralmente aceitos.

	2025	2024
Descrição		
Fornecedores Diversos	(134.149)	(82.760)
Fornecedores Estrangeiros	(4.081)	(569)
Provisões	(10.130)	(4.922)
(-) AVP - Ajuste a Valor Presente	2.017	750
Total	**(146.344)**	**(87.501)**

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se a operações realizadas junto a instituições financeiras para aquisição de equipamentos utilizados na prestação de serviços contratados com os clientes da Companhia.

Tais equipamentos são adquiridos com o objetivo de serem cedidos em comodato aos clientes, durante a vigência dos respectivos contratos de prestação de serviço. Para viabilizar essas aquisições sem desembolso imediato, a Companhia opta por operações de financiamento, cujos prazos são alinhados à duração dos contratos comerciais com os clientes, garantindo o equilíbrio entre entradas e saídas de caixa.

As obrigações financeiras estão compostas conforme abaixo:

Instituição	31.12.2024	Captações	Variação cambial	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31.12.2025
DLL	-	2.363	-	168	(788)	(168)	1.575
HP Financial Services Arrendamento	414	-	-	51	(241)	(51)	173
Total	**414**	**2.363**	**-**	**219**	**(1.029)**	**(219)**	**1.748**
Circulante	190						1.712
Não Circulante	224						36
Total	**414**						**1.748**

14 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2025	2024
Descrição		
Salários a Pagar	528	1.277
INSS a Recolher	283	321
FGTS a Recolher	64	84
Pró-labore a pagar	2	3
Provisão de férias e encargos	1.415	1.585
Pensão alimentícia judicial	-	1
Premiações	2.160	1.202
Rescisões a pagar	-	4
Total	**4.452**	**4.477**

15 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
Descrição		
IRPJ a recolher	692	1.156
CSLL a recolher	340	552
PIS a recolher	327	61
COFINS a recolher	1.516	287
ISS a recolher	2.016	1.107
Outras obrigações tributárias	263	506
Total	**5.154**	**3.669**

16 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Descrição		
Circulante		
Adiantamento de clientes	350	459
Aluguel a pagar	48	48
Cartão Itaú	4	49
Cartão Santander	46	7
Comissões a pagar parceiros	1.774	4.094
Cartão Bradesco	475	656
Total – Circulante	2.697	5.313



Não Circulante		
Ações Próprias a Pagar	2.502	-
AVP - Ajuste de Valor Presente - LP	(408)	-
Total – Não Circulante	2.094	-
Total	**4.791**	**5.313**

17 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade realizou a provisão de R$ 6.476 para contingência tributária, desse montante R$ 6.473 refere-se ao processo de PIS e COFINS em execução fiscal nº 5010505- 59.2023.4.04.7000 tramitando na 15ª Vara Federal de Curitiba, realizado depósito judicial atualizados e integrais das CDAS executadas com o intuito de suspender a exigibilidade do débito.

	2025	2024
Descrição		
Provisão para contingências tributárias	6.876	6.473
Total	**6.876**	**6.473**

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é representado por 6.100.000 ações (6.100.000 ações em 2022), com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 6.100.000 (seis milhões e cem mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Ações	Valor em R$	Percentual (%)
Audreyn Justus	2.729.750	2.729.750,00	44,75%
João Paulo Costa Pereira	2.729.750	2.729.750,00	44,75%
Ações em Tesouraria	366.000	366.000,00	6,00%
Maximiliano Dias Camargo	183.000	183.000,00	3,00%
Zenilda Zanardini de Almeida	30.500	30.500,00	0,50%
Eduardo Vinicius Vieira Martins	30.500	30.500,00	0,50%
Átila Arruda	30.500	30.500,00	0,50%
Total	**6.100.000**	**6.100.000**	**100%**



18.2. Distribuição de Lucros

O contrato social da Sociedade prevê que do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente terá a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do capital social, em reunião que para tal finalidade deverão realizar. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo capital social, com sua consequente redução, nos termos da lei.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou a distribuição de lucros no montante de R$ 33.348 mil. Desse total, R$ 17.331 mil são referentes aos lucros apurados no exercício de 2024 e R$ 16.017 mil correspondem a lucros apurados no próprio exercício de 2025. Ressalta-se que não houve distribuição de lucros ao longo de 2024.

	2025	2024
Descrição		
Distribuição de lucros	33.348	-
Total	**33.348**	**-**

18.3. Juros sobre Capital Próprio

No exercício de 2025 os sócios da Sociedade aprovaram a distribuição dos juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R$ 1.156.223,46, sendo que R$ 938.896,85 já foram pagos no próprio exercício.

	2025	2024
Descrição		
Juros sobre capital próprio	255	325
Imposto de renda	(38)	(49)
Total	**217**	**276**

18.4. Dividendos a Distribuir

No exercício de 2025, os sócios da Sociedade aprovaram a distribuição dos dividendos que estavam registrados no passivo, no montante de R$ 12.585.438,15.

	2025	2024
Descrição		
Dividendos a Distribuir	-	12.585
Total	**-**	**12.585**

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2025	2024
Revenda de mercadorias	730.953	643.206
Receita de Serviços	61.584	69.670
	792.537	**712.876**
COFINS sobre faturamento	(55.058)	(46.642)
PIS sobre faturamento	(11.954)	(10.112)
ISS sobre serviços	(15.011)	(12.885)
ICMS sobre vendas	-	(209)
Serviços cancelados	(23.474)	(57.084)
	(105.497)	**(126.932)**
Total	**687.040**	**585.944**

20 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Descrição	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas	(566.706)	(462.549)
Custo dos serviços prestados	(34.701)	(50.818)
Total	**(601.407)**	**(513.367)**

21 DESPESAS COMERCIAIS

Descrição	2025	2024
Publicidade	(2.442)	(2.684)
Serviços de terceiros - PJ	(690)	(2.388)
Despesas com viagens	(478)	(370)
Eventos	(812)	(647)
Despesas com pessoal	(19.469)	(18.025)
Outras despesas comerciais	(14.627)	(9.852)
Total	**(38.518)**	**(33.966)**



22 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Descrição		
Despesas gerais	(14.875)	(11.447)
Despesas com pessoal	(6.456)	(6.365)
Despesas tributárias	(357)	(265)
Total	**(21.688)**	**(18.077)**

23 RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2025	2024
Descrição		
Juros recebidos / descontos obtidos	1.315	716
Rendimentos de aplicações financeiras	5.084	3.798
Variação cambial ativa	697	1.978
AVP - Ajuste a Valor Presente	1.674	750
Receitas financeiras	**8.770**	**7.242**
Juros pagos / descontos concedidos	(50)	(166)
Tarifas bancárias	(117)	(116)
Taxa administrativa cartão	(12)	(17)
Variação cambial passiva	(1.458)	(1.688)
Juros bancários	(161)	(174)
IOF e IRRF	(429)	(300)
Encargos Financeiros s/Vendas	(4)	-
Juros sobre capital próprio	(1.360)	(1.068)
AVP - Ajuste a Valor Presente	(546)	(1.257)
Despesas financeiras	**(4.137)**	**(4.786)**
Total	**4.633**	**2.456**

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são apurados pelo regime tributário do Lucro Real Trimestral.

Descrição	2025	2024
Lucro contábil	**30.451**	**24.033**
Contribuições e doações	31	23
Outras provisões	6.340	3.427
PECLD - créditos não recebíveis	17.672	2.451
Brindes para terceiros - Comercial	63	116
Depreciação acelerada	71	46
AVP - CAR	6.642	4.567
Reversão AVP - CAP	4.531	1.626
Adições	**35.350**	**12.256**
PECLD - créditos não recebíveis	(17.618)	(9.237)
AVP - CAP	(6.205)	(2.376)
Reversão AVP - CAR	(6.095)	(3.310)
Reversão outras provisões	(7.900)	(1.200)
Exclusões	**(37.818)**	**(16.123)**
Lucro Real	**27.983**	**20.166**
Compensação prejuízo fiscal	-	-
Base de Cálculo	**27.983**	**20.166**
IRPJ 15%	(4.197)	(3.025)
Adicional 10%	(2.774)	(1.993)
Doações	27	10
Desconto 15% PAT (lim. 4%)	167	121
IRPJ Líquido Apurado	**(6.777)**	**(4.887)**
CSLL 9%	**(2.518)**	**(1.815)**
Total do imposto de renda e contribuição social	**(9.295)**	**(6.702)**

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

25.1 Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- **Aplicações financeiras:** são definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI;

- **Contas a receber:** decorrem diretamente das operações da Sociedade, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);

- **Empréstimos e fornecedores:** são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

26 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Sociedade mantinha seguros cuja cobertura era considerada adequada pela administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de trabalho de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após o encerramento das Demonstrações Financeiras sujeitos a divulgação.

* * * * *